



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



REFERENTE : Processo nº 0090.001.284/2013 (2 volumes)

ASSUNTO : Contrato de Concessão nº 08/2013 – ST/DF, firmado com a Viação Marechal Ltda. – Reajuste tarifário – Definição da data base – Divergência.

DESPACHO

Nº 466 /2013 – AJL/ST-RAP

Cuidam os autos do contrato de concessão nº 08/2013 – ST/DF, firmado com a Viação Marechal Ltda., em 26 de abril de 2013, inserto às fls. 03/34, tendo por objeto a delegação da prestação e exploração de Serviço Básico Rodoviário do STPC/DF, considerado o resultado da Concorrência nº 1/2011 – ST.

Por despacho lançado às fls. 311/2, da lavra da Senhora Coordenadora de Acompanhamento do Transporte Público Coletivo, substituta, o presente processo foi remetido a esta Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST, nos exatos termos, *expressis verbis*:

“A Empresa Auto Viação Marechal Ltda., vencedora da Concorrência no Lote nº 04, formula, com esteio na cláusula XVI do Contrato de Concessão nº 08/2013 – ST/DF, pedido para reajuste do valor da tarifa técnica.

Prefacialmente, o citado pleito fora analisado pela Gerência de Custos e tarifas – GCT do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, havendo aquela Autarquia verificado que a proposta de reajuste enviada pela empresa requerente diverge do padrão delimitado pelo contrato.

Em análise perfunctória, verifica-se que de um lado a Empresa Permissionária calculou o reajuste da tarifa a partir de, **14 de setembro de 2012**. Em contraposição aos marcos utilizados por aquela permissionária, a Gerência de Custos e Tarifas da DFTRANS, fixa termo inicial para os cálculos a data de apresentação da proposta financeira no processo licitatório. *MA*



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Neste diapasão de datas, não se pode olvidar do direito ao reajuste tarifário que recai à Empresa. Todavia, a discussão aqui trazida não se restringe aos critérios de cálculos para fins de reajuste tarifário, senão a de analisar qual será a data base inicial a ser considerada para fins de reajuste tarifário.

Com força nas exposições acima, deve-se submeter a questão ao crivo da esfera dessa Assessoria Jurídica Legislativa desta Secretaria – AJL/ST-, a fim de que esta expertise, à luz da análise dos documentos que revestem o caso em espécie, exteriorize a sua opinião a fim de respaldar eventuais decisões sobre o tema aqui em evidência.”. (grifo do original)

Nesse passo, tem-se que a regra para reajustamento da tarifa técnica encontra-se fixada na Cláusula XVI do Contrato de Concessão em referência.

Diante disso, verifica-se que a questão controvertida está na data-base utilizada para efeito do cálculo, conforme a fórmula definida no item 2 da predita Cláusula Contratual, enquanto a Concessionária entende ser uma e a DFTrans outra, gerando uma diferença entre os percentuais calculados por uma e por outra.

Preliminarmente, há que se esclarecer que o contrato em apreço encontra-se, hoje, em fase de execução, cuja responsabilidade cabe à DFTrans, conforme fixado no art. 3º e 10 da Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, esta que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências, *verbis*:

“Art. 3º A gestão do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal — STPC/DF será exercida por entidade autárquica, com as atribuições de planejar, gerir, controlar e fiscalizar todas as atividades inerentes à execução dos serviços de transporte público coletivo.”

“Art. 10. Competem à entidade gestora o planejamento operacional, a avaliação de desempenho, a caracterização da demanda e da oferta de serviços, a elaboração dos estudos de custos e dos níveis tarifários, o controle e a fiscalização dos serviços públicos e privados de transporte de passageiros, a gestão do Fundo de Transportes e a operação de terminais e pontos de parada.” (grifos não pertencentes ao original)



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Nota-se, então, que a DFTrans no uso de suas competências, enquanto entidade gestora do STPC/DF já se posicionou acerca do pleito da Concessionária, conforme se observa na cópia do despacho inserta às fls. 301/2. Após isso, pelo Ofício nº 1457/2013 – GAB/ST, de 12 de novembro de 2013, cópia à fl. 295, o Senhor Secretário de Estado de Transportes comunicou à Concessionária requerente que *“amparado pelos estudos técnicos apresentados pela Gerência de Custos e Tarifas – GCT da DFTrans, deixamos de conceder o reajuste tarifário pleiteado por essa Empresa.”*

Diante disso, a Concessionária/requerente reformula suas considerações, conforme pleitos inseridos às fls. 308/10 dos autos, merecendo destaque aos seguintes excertos, *ipsis verbis*:

Ofício STDF 013/13., de 20 de novembro de 2013.

“[...]”

Com efeito, como já amplamente demonstrado na presente, “a data de fixação da TARIFA TÉCNICA em vigor” no contrato de concessão nº 008/2013 – ST/DF é 14 de setembro de 2012, devendo, portanto, ser utilizado na fórmula contratual de reajuste o INPC correspondente ao mês de setembro de 2012.

Por tais razões, e estando devidamente evidenciado o erro material em que incorreu essa Diretoria, a signatária respeitosamente reitera o requerimento de reajuste tarifário veiculado no Ofício STDF 003/2013, pleiteando seja homologado o valor da tarifa técnica lá indicado (R\$2,9001), calculado com fiel observância à cláusula XVI.1 do contrato de concessão nº 008/2013 – ST/DF.

Para a hipótese de ser desconsiderado o percentual de 6,68% na variável VP da fórmula contratual de reajuste tarifário, a signatária pede então seja utilizado o INPC correspondente ao mês de setembro de 2012, diversamente do que constou da memória de cálculo que acompanhou o ofício em referência, em que se utilizou erroneamente o Índice do mês de fevereiro de 2013.” (grifos do original)

Tem-se, então, reiterada a pretensão da Concessionária/requerente a qual deve ser reapreciada no âmbito da DFTrans, enquanto entidade gestora do STPC/DF, conforme definido na Lei nº 4.011/2007.

De conformidade com a reportada Lei nº 4.011/2007, notadamente em seu art. 9º, compete à Secretaria de Estado de Transportes



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



realizar licitações que tenham por objeto a delegação de serviço de transporte público coletivo do STPC/DF e outros serviços a este vinculados.

Como já dito alhures, a execução/gestão dos contratos objetos das licitações realizadas pela Secretaria de Transportes, no uso de suas competências, como indicado no parágrafo precedente, cabe à entidade gestora do STPC/DF, no caso a DFTrans, autarquia distrital, apenas vinculada a esta Pasta para efeito do controle finalístico, portanto, sem qualquer vínculo de ordem hierárquica, dispondo a mesma de autonomia administrativa, gerencial, patrimonial, financeira e orçamentária.

Por essas razões, compete àquela Autarquia, inclusive no que pertine às questões de ordem jurídica, dirimir as dúvidas atinentes ao cumprimento das disposições contidas no contrato em questão, após a sua assinatura, uma vez que a mesma dispõe de Assessoria Jurídico-Legislativa própria. Afora isso, esta Assessoria não teve qualquer participação nem na elaboração do Edital de Concorrência nº 01/2011, nem na minuta do contrato, sendo que estes se submeteram à aprovação da d. Procuradoria Geral do Distrito Federal, em cumprimento aos preceitos normativos fixados no parágrafo único do art. 38 do Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos.

Forte nessas razões, *s.m.j.*, é de se entender que cabe à DFTrans dirimir a controvérsia acerca da data-base que deve ser considerada no cálculo do reajuste pretendido, bem como definir qual o percentual a ser aplicado, tendo por parâmetro os comandos fixados no edital da concorrência, no contrato, na Lei nº 8.987/95, na Lei nº 8.666/93, Lei Distrital nº 4.011/2007 e demais normais de regência da matéria. Caso, porventura, surja dúvida de ordem jurídica (interpretativa) não sanada no âmbito daquela Entidade Gestora deverá ser formulada consulta à d. Procuradoria Geral do Distrito Federal, indicando a questão a ser dirimida, visto os seus reflexos no âmbito de todo o STPC/DF, atinentes à remuneração dos vencedores do certame objeto da Concorrência nº 01/2011 – ST.

É o entendimento, *sub censura*.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Retorne-se o presente processo à Coordenação de Acompanhamento de Transporte Público Coletivo da Subsecretaria de Transporte Público Coletivo e Individual-SUTRANSP, em atenção ao despacho daquela procedência lançado à fl. 311/12.

Brasília, 27 de novembro de 2013, às 10h26min.

Raquel Araújo Portela

RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



REFERENTE

: Processo nº 0090.001.620/2013.

ASSUNTO

: Contrato de Concessão nº 11/2013 – ST/DF, firmado com a Viação Piracicabana Ltda. – Reajuste tarifário – Definição da data base – Divergência.

DESPACHO

Nº 467 /2013 – AJL/ST-RAP

Cuidam os autos do contrato de concessão nº 11/2013 – ST/DF, firmado com a Viação Piracicabana Ltda., em 04 de junho de 2013, inserto às fls. 03/34, tendo por objeto a delegação da prestação e exploração de Serviço Básico Rodoviário do STPC/DF, considerado o resultado da Concorrência nº 1/2011 – ST.

Por despacho lançado às fls. 208//9, da lavra da Senhora Coordenadora de Acompanhamento do Transporte Público Coletivo, substituta, o presente processo foi remetido a esta Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST, nos exatos termos, *expressis verbis*:

“A Empresa Viação Piracicabana, vencedora da Concorrência no Lote nº 01, formula, com esteio na cláusula XVI do Contrato de Concessão nº 11/2013 – ST/DF, pedido para reajuste do valor da tarifa técnica. Prefacialmente, o citado pleito fora analisado pela Gerência de Custos e tarifas – GCT do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, havendo aquela Autarquia verificado que a proposta de reajuste enviada pela empresa requerente diverge do padrão delimitado pelo contrato.

Em análise perfunctória, verifica-se que de um lado a Empresa Permissionária calculou o reajuste da tarifa a partir da ocasião em que viera a tornar-se vencedora do certame licitatório, ou seja, **14 de setembro de 2012**. Em contraposição aos marcos utilizados por aquela permissionária, a Gerência de Custos e Tarifas da DFTRANS, fixa termo inicial para os cálculos a data de **18 de janeiro de 2013**, em face de que a apresentação da proposta financeira no processo licitatório ocorrera neste átimo.

Neste diapasão de datas, não se pode olvidar do direito ao reajuste tarifário que recai à Empresa. Todavia, a discussão aqui trazida não



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



se restringe aos critérios de cálculos para fins de reajuste tarifário, senão a de analisar qual será a data base inicial a ser considerada para fins de reajuste tarifário.

Com força nas exposições acima, deve-se submeter a questão ao crivo da esfera dessa Assessoria Jurídica Legislativa desta Secretaria – AJL/ST-, a fim de que esta expertise, à luz da análise dos documentos que revestem o caso em espécie, exteriorize a sua opinião a fim de respaldar eventuais decisões sobre o tema aqui em evidência.”. (grifos do original)

Nesse passo, tem-se que a regra para reajustamento da tarifa técnica encontra-se fixada na Cláusula XVI do Contrato de Concessão em referência.

Diante disso, verifica-se que a questão controvertida está na data-base utilizada para efeito do cálculo, conforme a fórmula definida no item 2 da predita Cláusula Contratual, enquanto a Concessionária entende ser uma e a DFTrans outra, gerando uma diferença entre os percentuais calculados por uma e por outra.

Preliminarmente, há que se esclarecer que o contrato em apreço encontra-se, hoje, em fase de execução, cuja responsabilidade cabe à DFTrans, conforme fixado nos arts. 3º e 10 da Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, esta que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências, *verbis*:

“Art. 3º A gestão do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal — STPC/DF será exercida por entidade autárquica, com as atribuições de planejar, gerir, controlar e fiscalizar todas as atividades inerentes à execução dos serviços de transporte público coletivo.”

“Art. 10. Competem à entidade gestora o planejamento operacional, a avaliação de desempenho, a caracterização da demanda e da oferta de serviços, a elaboração dos estudos de custos e dos níveis tarifários, o controle e a fiscalização dos serviços públicos e privados de transporte de passageiros, a gestão do Fundo de Transportes e a operação de terminais e pontos de parada.” (grifos não pertencentes ao original)



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Nota-se, então, que a DFTrans no uso de suas competências, enquanto entidade gestora do STPC/DF já se posicionou acerca do pleito da Concessionária, conforme se observa na cópia do despacho inserta às fls. 189/193. Após isso, pelo Ofício nº 1456/2013 – GAB/ST, de 12 de novembro de 2013, cópia à fl. 184, o Senhor Secretário de Estado de Transportes comunicou à Concessionária requerente que *“amparado pelos estudos técnicos apresentados pela Gerência de Custos e Tarifas – GCT da DFTrans, deixamos de conceder o reajuste tarifário pleiteado por essa Empresa”*.

Diante disso, a Concessionária/requerente reformula suas considerações, conforme pleitos inseridos às fls. 195/204 e 206/7 dos autos, merecendo destaque aos seguintes excertos, *ipsis verbis*:

CT – 060/2013, de 19 de novembro de 2013, fls. 195/204.

“[...]”

O corpo técnico do DFTrans utilizou a variação do INPC (para o equivocado período de 9 meses), porém as negociações trabalhistas já determinaram a aplicação inicial de 6,68% como fator de reajuste salarial enquanto as negociações não forem finalizadas, ou seja, a concessionária já está efetuando pagamentos salariais acrescidos de 6,68% dessa forma deve-se aplicar o citado valor definido preliminarmente nas negociações coletivas e não o INCP do período (mesmo que seja do correto de 12 meses).

A aplicação de índice de reajuste tendo como lapso temporal o período de 9 meses para cobrir variação de custos de 12 meses, e a aplicação do INPC ao invés do valor preliminarmente definido na negociação coletiva para variação do custo de mão de obra de obra causa, de forma inequívoca um desequilíbrio contratual, uma vez que a tarifa deixará de possuir equivalência com os custos que esta deve cobrir.

Certos de que os esclarecimentos efetuados neste documento erradicam qualquer dúvida que ainda pairava sobre o índice de reajuste pede-se o deferimento da aplicação imediata e retroativa à 14 de setembro de 2013, do índice de 6,65 conforme demonstrado no ofício CT – 022/2013 de 10 de outubro de 2013), referindo-se ao período de setembro de 2012 a setembro de 2013.”

CT – 059/2013, de 19 de novembro de 2013, fls. 206/207.

“[...]”

A não aplicação das normas contratuais no prazo previsto gera desequilíbrio contratual ferindo, além do contrato, a Lei 8.987/95 e a Constituição Federal, que irá se aprofundar ainda mais sem imediata aplicação do valor incontroverso.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Com a imediata homologação do valor incontroverso pretende-se, pois, que o desequilíbrio contratual existente em função do atraso na homologação do reajuste tarifário seja minimizado e a Concessionária consiga diminuir o contínuo e diário déficit em seu fluxo de cais em função, dentre outros aspectos, da falta da recomposição inflacionária efetuada pelo reajuste tarifário.

Certos do entendimento do GDF sobre o grave problema que o atraso na aplicação do reajuste tarifário causa no fluxo de caixa da concessão requer-se, mais uma vez, a aplicação do valor de R\$2,7516 de forma imediata como uma antecipação parcial do reajuste pretendido".

Tem-se, então, nova pretensão da Concessionária/requerente, a qual deve ser apreciada no âmbito da DFTrans enquanto entidade gestora do STPC/DF, conforme definido na Lei nº 4.011/2007.

De conformidade com a reportada Lei nº 4.011/2007, notadamente em seu art. 9º, compete à Secretaria de Estado de Transportes realizar licitações que tenham por objeto a delegação de serviço de transporte público coletivo do STPC/DF e outros serviços a este vinculados.

Como já dito alhures, a execução/gestão dos contratos objetos das licitações realizadas pela Secretaria de Transportes, no uso de suas competências, como indicado no parágrafo precedente, cabe à entidade gestora do STPC/DF, no caso a DFTrans, autarquia distrital, apenas vinculada a esta Pasta para efeito do controle finalístico, portanto, sem qualquer vínculo de ordem hierárquica, dispondo assim de autonomia administrativa, gerencial, patrimonial, financeira e orçamentária.

Por essas razões, compete àquela Autarquia, inclusive no que pertine às questões de ordem jurídica, dirimir as dúvidas atinentes ao cumprimento das disposições contidas no contrato em questão, após a sua assinatura, uma vez que a mesma dispõe de Assessoria Jurídico-Legislativa própria. Afora isso, esta Assessoria não teve qualquer participação nem na elaboração do Edital de Concorrência nº 01/2011, nem na minuta do contrato, sendo que estes se submeteram à aprovação da d. Procuradoria Geral do Distrito Federal, em cumprimento aos preceitos normativos fixados no parágrafo único do art. 38 do Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Forte nessas razões, *s.m.j.*, é de se entender que cabe à DFTrans dirimir a controvérsia acerca da data-base que deve ser considerada no cálculo do reajuste pretendido, bem como definir qual o percentual a ser aplicado, tendo por parâmetro os comandos fixados no edital da concorrência, no contrato, na Lei nº 8.987/95, na Lei nº 8.666/93, na Lei Distrital nº 4.011/2007 e demais normas de regência da matéria. Caso, porventura, surja dúvida de ordem jurídica (interpretativa) não sanada no âmbito daquela Entidade Gestora deverá ser formulada consulta à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, indicando a questão a ser dirimida, visto os seus reflexos no âmbito de todo STPC/DF, atinentes à remuneração dos vencedores do certame objeto da Concorrência nº 001/2011 – ST.

É o entendimento, *sub censura*.

Retorne-se o presente processo à Coordenação de Acompanhamento de Transporte Público Coletivo da Subsecretaria de Transporte Público Coletivo e Individual-SUTRANSP, em atenção ao despacho daquela procedência lançado à fl. 208/9.

Brasília, 27 de novembro de 2013, às 09h25min.

RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



2

REFERENTE : Memorando nº 48/2013 – Comissão Especial de Licitação 01/2011 – ST.

ASSUNTO : Encaminha cópia de mandado de intimação relativo ao Mandado de Segurança nº 2013.00.2.007425-9, tendo por impetrante: Consórcio Grupo Empresarial Sogima e impetrado: Secretário de Estado de Transportes e Presidente da Comissão Especial de Licitação.

URGENTE

Prazo: 5 (cinco) dias

DESPACHO

Nº 172/2013 – AJL/ST-RAP

Retorne-se o presente memorando ao i. Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação, GALENO FURTADO MONTE, com os seguintes esclarecimentos:

- a) Cuida-se de intimação **pessoal** do Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação, encarregada da Concorrência nº 001/2011 – ST, Galeno Furtado Monte, a fim de prestar informações, nos termos do inciso I do art. 7º da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, acerca do alegado na petição inicial do presente *writ*, cuja cópia (contrafé) encontra anexa a este memorando.

“Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

I - que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações; [...].” (grifos não pertencentes ao original)

mn



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



b) não tendo sido concedida a liminar pleiteada, *inaudita altera pars*, deve o caso seguir as orientações da douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, a saber:

b.1) a autoridade coatora/informante deverá prestar as informações requeridas em expediente próprio, dirigido ao órgão julgador do Conselho Especial e da Magistratura, devidamente assinado e datado, no qual deve ser feita referência ao respectivo mandado daquele Juízo, bem como ao mandado de segurança a que se refere;

b.2) o reportado expediente contendo as informações requeridas, indicado acima, deverá ser remetido à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias**, contados do recebimento do mandado de intimação;

b.3) entregue as informações, na forma retro indicada, na PGDF, a mesma após análise das mesmas, se for o caso, efetuará a sua complementação e/ou ajustes necessários a defesa do Distrito Federal no feito, atinentes as questões de direito/jurídicas;

b.4) na sequência, observado o prazo fixado no inciso I do art. 7º da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, a própria Procuradoria Geral do Distrito Federal promoverá o protocolo das informações fornecidas junto ao órgão julgador competente.

Diante disso, torna-se imprescindível que o Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação forneça, diretamente, à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da intimação, na forma indicada alhures, todas as informações, dados e documentos acerca do alegado na petição inicial, sob pena de se comprometer a defesa do Distrito Federal no feito.

Brasília, 17 de maio de 2013, às 15h25min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



3

REFERENTE : Ofício nº 333/2013 – GAB/PROCAD, de 22 de janeiro de 2013.

ASSUNTO : Solicita esclarecimentos dos fatos e informações complementares que possam subsidiar a elaboração de contestação a ser apresentada pelo Distrito Federal em relação à Ação Declaratória nº 2012.01.1.139514-5, interposta pela LOTAXI TRANSPORTES LTDA.

DESPACHO

Nº 014 /2013 – AJL/ST-MSB

URGENTE

PRAZO PARA CONTESTAÇÃO FLUINDO.

Considerando que os esclarecimentos e informações complementares, além do fornecimento de cópia integral do Edital da Concorrência nº 001/2011 e da atual situação do andamento desse certame, encontram-se no âmbito de competência da Comissão Especial de Licitação, designada para tal mister, **remeta-se o presente ofício, com as homenagens de estilo, ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado de Transportes para conhecimento e, após, roga-se seja o mesmo remetido ao Presidente da aludida Comissão,** para atendimento do solicitado pelo Senhor Procurador Coordenador da PROCAD/PGDF, Dr. Eweton Azevedo Mineiro.

Por oportuno, pede-se que **seja observado o prazo máximo, improrrogável, fixado por aquela Especializada para atendimento do requerido, uma vez que todos esses elementos são de expressiva necessidade para a defesa do Distrito Federal no feito em tela. Ao final retorne-se a esta Assessoria para remessa dos dados, esclarecimentos, informações e documentos à PROCAD/PGDF.**

Brasília, 25 de janeiro de 2013, às 12h14min.


MAURO SÉRGIO BARBOSA

Assessoria Jurídico-Legislativa
Chefe-substituto - Portaria nº 124/2012-ST
“Brasília – patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Ofício nº 718/2013-GAB/PROCAD, de 06 de fevereiro de 2013.

ASSUNTO : Cópia da inicial e documentação que acompanhou o Mandado de Segurança nº 2012.01.1.199635-0, que tem como impetrante a RÁPIDO VENEZA LTDA. E OUTROS.

DESPACHO

Nº 039 /2013 – AJL/ST-RAP

URGENTÍSSIMO

O sobredito Ofício nº 718/2013 nos foi remetido pela Procuradoria Administrativa da PGDF, noticiando-nos acerca do Mandado de Segurança nº 2012.01.1.199635-0, impetrado pela RÁPIDO VENEZA LTDA. E OUTROS em desfavor do Presidente da Comissão Especial de Licitações das Secretaria de estado de Transportes. Urge elucidar que apesar do mencionado Ofício aludir que encaminhou “cópia do Mandado de Intimação, da Decisão Interlocutória e da Petição Inicial para ciência”, somente a cópia da exordial e a documentação que o acompanhou foram recebidas nesta AJL.

Pois bem. É certo que os elementos que poderão subsidiar a elaboração das informações a serem apresentadas pelo Distrito Federal, por se tratar de matéria atinente à Concorrência 01/2011, são matérias atinentes à competência do Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação desta Pasta, na forma e prazos indicados pela d. Procuradoria Geral do Distrito Federal no Ofício em voga, bem como na Circular nº 004/2007 – GAB/PGDF, cópia anexa, devendo tais informações ser assinadas por ele, endereçadas ao juízo competente e entregues na douta Casa Jurídica, que, após arrazoado jurídico, se julgar necessário, encaminhará ao poder judiciário.

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST




REFERENTE Considerando-se que constou no Ofício nº 718/2013 que o mesmo foi recebido por esta Pasta em 07.02.2013, às 14h450min, conforme carimbo de recebimento apostado, e considerando o recesso de carnaval nos dias 11 e 12.02, tem o Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação até o dia 13 de fevereiro de 2013, no máximo, para enviar à esta AJL as informações requeridas à Procuradoria Geral do Distrito Federal, na forma exigida no item 3 da aludida Circular nº 004/2007 – GAB/PGDF.

Por fim, esclareça-se que esta AJL não pode representar nem exercer a consultoria jurídica do Distrito Federal, e que, segundo dispõe o artigo 4º, XVIII, do Decreto Distrital nº 22.789/2002, compete à Procuradoria-Geral do Distrito Federal “*encaminhar as informações que devam ser prestadas em mandados de segurança impetrados contra atos do Governador, de Secretários de Estado e de outros agentes do Poder Público do Distrito Federal, desde que remetidos tempestivamente*”.

Remeta-se COM URGÊNCIA ao Gabinete do Exmo. Senhor Secretário desta Pasta-GAB/ST, para conhecimento da matéria, com a recomendação de que seja imediatamente a matéria remetida ao Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação desta Pasta, para prestar as informações requeridas, atentando-se aos prazos já indicados acima pela douta PGDF (dia 13 de fevereiro de 2013).

Brasília, 07 de fevereiro de 2013, às 15h05min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Ofício nº 2997/2013/CODIN.

ASSUNTO : Audiência de esclarecimentos que se realizou no dia 21 de fevereiro de 2013, às 14hs, no Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal.

DESPACHO

URGENTE

Nº 054/2013 – AJL/ST-RAP 26/02/2013

Através do Ofício nº 2997/2013/CODIN o Exmo. Sr. Titular desta Pasta foi notificado a comparecer em Audiência de esclarecimentos que se realizou no dia 21 de fevereiro de 2013, às 14hs, no Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal. Por não poder comparecer a tal compromisso, o Sr. Secretário solicitou à Chefia desta AJL que o representasse, a fim de se obter informações no sentido de averiguar qual seria o assunto tratado no caso em voga, eis que o documento que o notificou nada esclarecia, apenas fazia referência a Mediação nº 104/2013, que também não informava qual o tema da referida audiência.

Atendendo prontamente a tal solicitação, esta Chefia compareceu aquela audiência, momento em que foi informada que se tratava de convocação para que fosse esclarecido pelo Governo **quais as providências estão sendo tomadas nesse momento em que se atravessa uma fase de transição entre os antigos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e os novos permissionários**, vencedores do certame tratado no edital de Concorrência nº 01/2011, em curso nesta Pasta.

Averiguou-se naquela oportunidade que o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos, Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo e Transporte de Cargas do DF (Sindicato dos Rodoviários) foi quem provocou a abertura de tal procedimento junto ao MPDFT, por alegar que o Governo ainda não se sensibilizou com a situação dos milhares de rodoviários que serão demitidos repentinamente após a conclusão dos trabalhos da licitação.

“Brasília - patrimônio da humanidade”



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



Da mesma forma, alertou o Sindicato acerca da preocupação de não pagamento das verbas rescisórias por parte das empresas de ônibus que hoje operam no DF, pugnando pela marcação de novas tratativas no sentido de que fosse criado fórum de debates acerca desse período de transição.

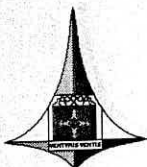
Naquela oportunidade, esta Chefia esclareceu que compete à Procuradoria Geral do Distrito Federal a representação do DF em juízo e fora dele, razão pela qual recomendou a participação de membros daquela Casa Jurídica para as próximas audiências. Elucidou ainda que o DFTRANS é o órgão gestor do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, e que, por isto, também deveria ser notificado a participar de tais fóruns de debates. Instada a falar acerca do número de ônibus que seria inserido no novo sistema, esta Chefia esclareceu que há uma comissão de licitação que analisou e elaborou estudos acerca desses números, razão pela qual a d. Procuradora entendeu que deve algum membro de tal Comissão participar das próximas reuniões, além da PGDF e do DFTRANS.

O Sindicato dos Rodoviários pugnou pela participação do Sindicato Patronal, e a d. Procuradora do MPT concordou com tal recomendação.

Portanto, restou designada nova audiência a ser realizada no dia 05 de março de 2013, às 14hs, para início das discussões.

Atente-se ao fato de que conforme instrução processual contida nos autos do processo nº 0090.000539/2013, foi recentemente sugerido ao Exmo. Sr. Governador a criação de um Comitê Executivo de Articulação das atividades relacionadas à transição decorrente do início da operação do novo modelo de concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, com indicação de membros desta Pasta, do DFTRANS, e da PGDF, razão pela qual recomenda-se que os mesmos sejam instados a participar de tal fórum de debates do próximo dia 05 de março. Esta Chefia esclarece, por fim, que só tomou conhecimento da existência de tal processo no dia seguinte à audiência do MPT, em face da remessa dos autos a esta AJL. *md*

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



Era o que nos competia esclarecer.

Remeta-se o presente expediente ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes – GAB/ST, com as recomendações dispostas no teor desta manifestação.

Brasília, 26 de fevereiro de 2013, às 14h16min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”

Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1512, Brasília (DF) – CEP: 70.075-900
Telefone: (061) 3441-3434 – Fax: (061) 3441-3490 – ajl.st@st.df.gov.br

AJL/ST-RAP



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Processo nº 0090.000.207/2013.

ASSUNTO : Denúncia formulada pela UNITAXI em desfavor de Antônio Marcos Alves Lopes, motorista auxilia vinculado à permissão nº 1209, pertencente a Luis Cláudio dos Santos.


DESPACHO

Nº 058/2013 – AJL/ST-RAP

APROVO o Pronunciamento nº 007/2013–AJL/ST-MSB, subscrito pelo ilustre Assessor Mauro Sérgio Barbosa, ínsito às fls. 15/21 dos autos.

Retorne-se o presente processo à Subsecretaria de Transporte Público Coletivo e Individual – SUTRANSP/ST, em atendimento ao Despacho daquela procedência, de fls. 12/13.

Brasília, 27 de fevereiro de 2013, às 17h01min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Processo nº 090.000.538/2013.

ASSUNTO : Minuta de Decreto que pretende a Criação de Grupo de Trabalho destinado a avaliar, no âmbito do STPC/DF, a eventual aplicabilidade do artigo 42 da Lei nº 8.987/95.

DESPACHO

Nº 059 /2013 – AJL/ST-RAP

Versam os autos acerca do encaminhamento de minuta de Decreto que pretende ver criado Grupo de Trabalho destinado a avaliar, no âmbito do STPC/DF, a eventual aplicabilidade do artigo 42 da Lei nº 8.987/95, conforme constante às fls. 04 dos autos. Consta exposição de motivos ínsita às fls. 02/03.

Assim, pela exigência contida no artigo 2º, §2º, inciso II, do Decreto nº 33.886, de 31 de agosto de 2012, abaixo transcrito, o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado desta Pasta remete a matéria a esta AJL, fl. 5, solicitando parecer.

“Art. 2º Os órgãos da administração direta do Distrito Federal poderão encaminhar proposições de decreto ao Governador do Distrito Federal, observadas as suas respectivas áreas de competência, de acordo com o que estabelece este Decreto.

§1º As entidades da administração indireta do Distrito Federal poderão encaminhar as proposições de que trata o caput deste artigo, por intermédio das Secretarias de Estado às quais estejam vinculadas.

§2º Os processos de que trata o caput deste artigo deverão ser autuados pela Secretaria de Estado proponente e instruídos com as minutas de decreto e a exposição de motivos do titular do órgão proponente, acompanhados de:

I - justificativas da proposição;

II - parecer sobre a constitucionalidade, a legalidade e a regularidade formal do ato normativo proposto, elaborado pela assessoria jurídica do órgão proponente, apontando as normas que serão afetadas ou revogadas pela proposição.”(grifo nosso)

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



Ab initio, há de se destacar que a análise aqui restringir-se-à aos aspectos jurídico-formais de adequação das exigências do Decreto em comento à pretensão desta ST, razão pela qual no que diz respeito ao mérito administrativo (juízo de conveniência e oportunidade do ato a ser praticado) não compete a esta AJL se imiscuir, eis que o Titular desta Pasta goza de plena autonomia para a prática de atos e decisões inerentes ao cargo que ocupa, situações estas que escapam da alçada de manifestações desta Assessoria.

Há de se destacar ainda que matéria idêntica foi autuada nesta Pasta no ano de 2008 (criação de Grupo de Trabalho para analisar a aplicabilidade do artigo 42 da Lei nº 8.987/95), e que atualmente referidos autos encontram-se com carga ao Gabinete desta Pasta. Por solicitação desta Chefia, tal processo foi remetido a esta AJL na presente data (**Processo nº 0410.002145/2008**), momento em que se verificou que há inclusive Grupo de Trabalho designado através da Portaria nº 76, de 10 de dezembro de 2010. Carreando aqueles autos, verificou-se ainda haver vasta documentação juntada pelo DFTRANS, razão pela qual recomenda-se, como uma opção, sejam os presentes autos (processo nº 090.000.538/2013) juntados por anexação ao processo que já estava em curso nesta ST (nº 0410.002145/2008), para que subsidie os trabalhos da futura Comissão a ser designada.

Como outra opção, resta-nos apontar pelo arquivamento deste processo autuado no ano de 2013, e prosseguimento do processo de 2008, ou mesmo no caso de arquivamento do processo nº 0410.002145/2008, e prosseguimento deste. De qualquer modo, há de se lembrar da necessidade de **revogação da Portaria nº 76, de 10 de dezembro de 2010.**

Entretanto, parece-nos mais coerente a designação de novo Grupo de Trabalho, nos moldes do proposto nestes autos, ou seja, composto por representantes de diversos órgãos, em face da complexidade da matéria a ser avaliada, diferentemente do GT anterior que contava apenas com dois servidores do DFTRANS e um servidor desta Pasta. Ainda assim, deve-se proceder a revogação da Portaria nº 76, de 10 de dezembro de 2010, a fim de se evitar a prática de atos administrativos conflitantes ou incompatíveis. *M*

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



Pois bem. Ainda assim, avancemos na análise da minuta do Decreto insito às fls. 04.

Conforme constante do Manual de Redação Oficial da Presidência da República, no sentido jurídico, deve a exposição de motivos permitir a adequada reflexão sobre o problema que se busca resolver, bem como conferir perfeita transparência aos atos propostos.

Pelo que se extrai dos autos, o novo modelo de concessão da prestação do STPC/DF acarretará significativas mudanças na metodologia de operação e gestão, razão pela qual emerge a necessidade de adoção de medidas imediatas de todos os órgãos e agentes envolvidos, a fim de possibilitar a transição do atual modelo (por frotas) ao modelo que passará a vigor a partir da conclusão dos trabalhos da licitação em curso (por bacias - Concorrência nº 01/2011), razão pela qual propõe a criação de um Grupo de Trabalho destinado a avaliar, no âmbito do STPC/DF, a eventual aplicabilidade do artigo 42 da Lei nº 8.987/95, com capacidade técnica de avaliar, com esmero, os elementos contidos no artigo 42 da Lei nº 8.987/95.

Verifica-se que o texto apresentado na minuta é claro, conciso, impessoal e utiliza-se do padrão culto de linguagem. Assim, a minuta em comento insita às fls. 04 respeita as normas de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do Distrito Federal, não merecendo reparos por isto.

Verifica-se atendido ainda o §2º, eis que a matéria encontra-se autuada e foi instruída com a minuta do aludido Decreto.

Já no que pertine ao parecer acerca da constitucionalidade, legalidade e regularidade formal do ato normativo proposto, não se vislumbra qualquer óbice jurídico à instituição do aludido Grupo de Trabalho destinado a avaliar, no âmbito do STPC/DF, a eventual aplicabilidade do artigo 42 da Lei nº 8.987/95, conforme constante às fls. 04 dos autos.

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Portanto, o que se pretende com a minuta em comento não é propriamente que o Grupo de Trabalho avalie a aplicabilidade do referido artigo, mesmo porque é sabido que a lei tem aplicabilidade imediata, direta, integral, independentes de estudos para sua inteira operatividade. A pretensão desta Pasta é a realização de estudos que possam constatar a necessidade de indenizar os atuais operadores do STPC/DF. Ou seja, é a realização de *“levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão (...)”*, conforme teor do § 3º do artigo 42 da norma.

Para tanto, tal levantamento deverá ser formulado de forma bastante minuciosa, mesmo porque, no caso de ser constatada a necessidade de indenização, deverá ser celebrado acordo entre o poder concedente e o concessionário sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, ou, em não sendo possível o acordo, tais estudos deverão apontar os elementos constantes do § 4º e 5º da norma infralegal.

Conclui-se, assim, que os levantamentos e estudos a serem realizados pelo Grupo de Trabalho aqui sugerido não apontam no sentido de afetar nem revogar qualquer norma em vigor no Distrito Federal, mas apenas dar cumprimento ao disposto na norma vigente.

Quanto a regularidade formal do ato normativo proposto também não se vislumbra qualquer impedimento jurídico, pelas razões já expostas no teor desta manifestação.

Era o que nos competia manifestar.

“Brasília - patrimônio da humanidade”



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



**Retorne-se ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor
Secretário de Estado de Transportes – GAB/ST**, em atendimento ao
Despacho ínsito às fls. 05 dos autos, com as recomendações já constantes
no teor desta manifestação, especialmente no sentido de que se proceda a
revocação da Portaria nº 76, de 10 de dezembro de 2010.

Brasília, 27 de fevereiro de 2013, às 16h50min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Ofício nº 1148/2013-GAB/PROCAD, de 27 de fevereiro de 2013.

ASSUNTO : Ação Anulatória nº 2012.01.1.199542-9, movida por PLANALTO RIO PRETO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. ME. em desfavor desta Pasta.

DESPACHO

Nº 060 /2013 – AJL/ST-RAP

URGENTE

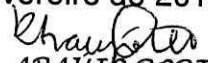
AJL/ST 27 / 2 / 13

O sobredito Ofício nº 1148/2013 nos foi remetido pela Procuradoria Administrativa da PGDF, noticiando-nos acerca da Ação Anulatória nº 2012.01.1.199542-9, movida por PLANALTO RIO PRETO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. ME. em desfavor desta Pasta.

Pois bem. É certo que os elementos que poderão subsidiar a elaboração das informações a serem apresentadas pelo Distrito Federal, por se tratar de matéria atinente à Concorrência 01/2011, são matérias atinentes à competência do Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação desta Pasta, na forma e prazos indicados pela d. Procuradoria Geral do Distrito Federal no Ofício em voga.

Portanto, encaminhe-se o presente expediente ao Gabinete do Exmo. Senhor Secretário desta Pasta-GAB/ST, para conhecimento da matéria, com a recomendação de que seja imediatamente a matéria remetida ao Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação desta Pasta, atentando-se ao prazo de 05 (cinco) dias fixados pela dought Casa Jurídica (prazo final: 04.03.2013).

Brasília, 27 de fevereiro de 2013, às 17h48min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Ofício nº 2063/13-PROPEs, de 21 de fevereiro de 2013.

ASSUNTO : Mandado de Segurança nº 2010.01.1.052249-8, movida pela impetrante LÚCIA MARIA DA SILVA PIMENTA em desfavor da Gerente de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Transportes.

DESPACHO

Nº 061/2012 – AJL/ST-RAP

Remeta-se o presente Ofício à Diretoria de Gestão de Pessoas-DIGEPE/SUAG-ST, para ciência da sentença que julgou improcedente o pedido da impetrante LÚCIA MARIA DA SILVA PIMENTA nos autos do Mandado de Segurança nº 2010.01.1.052249-8, que tramitou perante a Sexta Vara da Fazenda Pública do DF, que pretendia ver reconhecido o direito de não aplicação na pensão que recebe de seu marido falecido dos índices que foram concedidos aos servidores que ocupam o mesmo cargo que ele ocupou.

Segundo informações da PGDF, a matéria está transitada em julgado (não cabe mais recurso).

Brasília, 27 de fevereiro de 2013, às 18h10min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Processo nº 090.002.990/2012

ASSUNTO : Abertura de sindicância.

DESPACHO

Nº 062 /2013 – AJL/ST-RAP

Em atenção à solicitação do i. Senhor Chefe da Unidade de Controle Interno consubstanciada no despacho de fl. 47, notadamente no que pertine ao instituto jurídico da prescrição em processos administrativos disciplinares e sindicância, foram obtidos junto à d. Procuradoria Geral do Distrito Federal pareceres jurídicos orientativos, abaixo listados, indicando como deve proceder a Administração na aferição da ocorrência ou não da prescrição punitiva no caso concreto, o que dispensa a emissão de pronunciamento sobre o mesmo tema, por parte desta Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST.

- Parecer nº 3103/2011 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 48/57;
- Parecer nº 0367/2012 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 58/74;
- Parecer nº 2671/2012 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 75/82;
- Parecer nº 2711/2012 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 83/100.

Sendo assim, **retorne-se o presente processo ao Senhor Chefe da Unidade de Controle Interno, Dr. André Luis Araújo.**

Brasília, 28 de fevereiro de 2013, às 17h55min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Processo nº 090.000.817/2011

ASSUNTO : Apuração de possíveis falhas apontadas na Nota Técnica 06/2011 – DIRAG – Processo Administrativo Disciplinar.

DESPACHO

Nº 063 /2013 – AJL/ST-RAP

Em atenção à solicitação do i. Senhor Chefe da Unidade de Controle Interno consubstanciada no despacho de fl. 1483, notadamente no que pertine ao instituto jurídico da prescrição em processos administrativos disciplinares e sindicância, foram obtidos junto à d. Procuradoria Geral do Distrito Federal pareceres jurídicos orientativos, abaixo listados, indicando como deve proceder a Administração na aferição da ocorrência ou não da prescrição punitiva no caso concreto, o que dispensa a emissão de pronunciamento sobre o mesmo tema, por parte desta Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST.

- Parecer nº 3103/2011 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 1484/1493;
- Parecer nº 0367/2012 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 1494/1510;
- Parecer nº 2671/2012 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 1511/1518;
- Parecer nº 2711/2012 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 1519/1536.

Sendo assim, **retorne-se o presente processo ao Senhor Chefe da Unidade de Controle Interno, Dr. André Luis Araújo.**

Brasília, 28 de fevereiro de 2013, às 16h36min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Processo nº 0410.000.586/2009

ASSUNTO : Abertura de sindicância.

DESPACHO

Nº 064 /2013 – AJL/ST-RAP

Em atenção à solicitação do i. Senhor Chefe da Unidade de Controle Interno consubstanciada no despacho de fl. 331, notadamente no que pertine ao instituto jurídico da prescrição em processos administrativos disciplinares e sindicância, foram obtidos junto à d. Procuradoria Geral do Distrito Federal pareceres jurídicos orientativos, abaixo listados, indicando como deve proceder a Administração na aferição da ocorrência ou não da prescrição punitiva no caso concreto, o que dispensa a emissão de pronunciamento sobre o mesmo tema, por parte desta Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST.

- Parecer nº 3103/2011 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 332/41;
- Parecer nº 0367/2012 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 42/58;
- Parecer nº 2671/2012 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 59/66;
- Parecer nº 2711/2012 – PROPES/PGDF, cópia inserta às fls. 67/84.

Sendo assim, **retorne-se o presente processo ao Senhor Chefe da Unidade de Controle Interno, Dr. André Luis Araújo.**

Brasília, 28 de fevereiro de 2013, às 18h02min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Processo nº 0090.000537/2013

ASSUNTO : Sindicância instaurada pela Portaria nº 06, de 23 de janeiro de 2013, com vistas a apurar possível conduta faltosa suscitada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal nas cotas de aprovação do Parecer nº 217/2012-PROCAD/PGDF.

DESPACHO

Nº 065 /2013 – AJL/ST-RAP

Os autos foram encaminhados a esta AJL pelo Excelentíssimo Senhor Secretário desta Pasta, para que *“os trabalhos da Comissão de Sindicância sejam avaliados a fim de averiguar se o procedimento encontra-se em condições de ser aprovado”*. Pretendeu a Comissão em comento apurar possível conduta faltosa suscitada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal nas cotas de aprovação do Parecer nº 217/2012-PROCAD/PGDF, insito às fls. 10/29 dos autos.

Nesse passo, torna-se oportuna a transcrição abaixo da conclusão a que chegou a Comissão encarregada de tal *mister*, a saber, *verbis*:

“Conclusão

Conclui-se, portanto, que a medida tomada por meio de abertura de processo licitatório em caráter emergencial, concomitantemente ao processo licitatório para outorga de concessão para prestação e exploração do serviço básico rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal-STPC/DF, objeto da Concorrência 01/2011-ST, não eiva de falta de planejamento, desídia administrativa ou má administração dps recursos disponibilizados, mas justifica-se pela mora natural do Processo Licitatório da Concorrência 01/2011-ST, em curso, por meio do Processo 090.000.455/2010, e na necessidade imediata de reparar os prejuízos causados à população pela inadimplência da COOPATRANS e deficiência dos serviços prestados.”

“Brasília – patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Ata de audiência - Mediação nº 104/2013.

ASSUNTO : Audiência de esclarecimentos que se realizou no dia 05 de março de 2013, às 14hs, no Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal.

DESPACHO

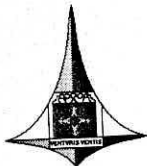
Nº 048 /2013 – AJL/ST-RAP

Através do Ofício nº 2997/2013/CODIN o Exmo. Sr. Titular desta Pasta foi notificado a comparecer em audiência de esclarecimentos que se realizou no dia 21 de fevereiro de 2013, às 14hs, no Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal. Por não poder comparecer a tal compromisso, o Sr. Secretário solicitou à Chefia desta AJL que o representasse, momento em que foi expedida Ata de Audiência, já remetida ao Gabinete naquela oportunidade.

Sabe-se, agora, que o objeto tratado na referida mediação refere-se as providências que estão sendo tomadas nesse momento em que se atravessa uma fase de transição entre os antigos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e os novos permissionários, vencedores do certame tratado no edital de Concorrência nº 01/2011, em curso nesta Pasta.

Na 1ª audiência já havia sido remarcado **nova reunião para o dia 05.03.2013, às 14hs**, no mesmo local (ata de audiência anexa), momento em que compareceram como representantes desta Pasta esta Chefia e o Sr. Subsecretário da UEGP, José Augusto Pinto Júnior. Não houve representação do DFTRANS nem da PGDF, apesar de notificados. O Sindicato dos Rodoviários estava representado por sua patrona e pelo Sr. João Osório da Silva. Da parte do Sindicato dos Empresários ninguém compareceu.

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



O fato é que a Sra. Procuradora do Trabalho estabeleceu o prazo de 15 (quinze) dias a contar da realização da audiência para que esta Pasta apresente documentos/informações/elementos contundentes acerca das providências que estão sendo tomadas para o momento de transição dos trabalhadores inseridos no mercado, com fins de evitar impacto de desemprego e resguardo de seus direitos, com vistas a máxima inserção dos mesmos no mercado.

No mesmo prazo, esta Pasta deverá indicar os nomes dos membros componentes do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 34.176, de 01 de março de 2013, eis que atualmente só constam os órgãos participantes.

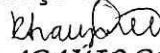
O Sindicato dos Rodoviários pugnou fosse criado GT para a discussão acerca do momento crítico de rescisão dos contratos de trabalho *versus* admissão dos aludidos trabalhadores pelos novos operadores do sistema, só que contando com a participação dos Sindicatos Patronal e dos Rodoviários, proposição esta que deverá ser analisado pelo titular desta Pasta.

Frise-se que nova audiência será marcada após a juntada das informações desta Pasta e do Sindicato dos Rodoviários, e que contará com a participação do MPT, do MPDFT e do TCDF, além de nova notificação ao DFTRANS e a PGDF.

Portanto, dispõe esta Pasta até o dia 20 de março de 2013 para atendimento das informações indicadas na Ata de Audiência anexa.

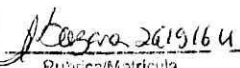
Remeta-se o presente expediente ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes – GAB/ST, com as recomendações dispostas no teor desta manifestação.

Brasília, 06 de março de 2013, às 17h35min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”

Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1512, Brasília (DF) – CEP: 70.075-900
Telefone: (061) 3441-3434 – Fax: (061) 3441-3490 – ajl.st@st.df.gov.br
AJL/ST-RAP

RECEBIDO	
Em 06/03/2013 às 18 h12	
 Rubrica/Matrícula	GAB/ST Gabinete



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Ofício nº 1361/2013-GAB/PROCAD, de 07 de março de 2013.

ASSUNTO : Mandado de Segurança nº 2013.01.1.014703-6, que tem como impetrante a VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA. e como impetrados o Presidente da Comissão Especial de Licitações desta Pasta.

DESPACHO

Nº 080/2013 – AJL/ST-RAP

C Ó P I A

URGENTÍSSIMO:
PRAZO FINAL: 12.03.2013

O sobredito Ofício nº 1361/2013-GAB/PROCAD foi remetido a esta AJL com cópia da exordial do Mandado de Segurança nº 2012.00.2.020456-6, impetrado pela VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA. em desfavor do Presidente da Comissão Especial de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010 (Portaria nº 16, de 07 de março de 2012).

Alude-se, de início, que apesar de constar no sobredito Ofício que nos fora encaminhado a cópia do mandado de intimação e da decisão interlocutória, nenhum deles acompanhou o presente expediente. Entretanto, esta Assessoria procedeu a consulta ao site www.tjdft.jus.br e de lá extraiu a informação de que a liminar pleiteada foi indeferida (andamento processual e decisão - cópias anexas).

Pois bem. O fato é que a PGDF foi notificada acerca do **indeferimento da liminar**, razão pela qual solicita sejam prestadas as informações sobre o alegado na peça vestibular. Portanto, a Lei 12.016/2009, artigo 7º, I, alude:

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

I - que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, **no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações;**

Assim, segundo preceito transcrito, ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique a autoridade apontada como coatora do conteúdo da petição inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações.

Sendo assim e, considerando o prazo de 5 (cinco) dias concedido pela douta Casa Jurídica, que é responsável pelo contencioso do Distrito Federal, foi por ela estabelecido, através da Circular nº 004/2007-GAB/PGDF, de 28 de março de 2007 (cópia anexa) a uniformização de rotinas e adequação do fluxo de informações para os Mandados de Segurança impetrados em desfavor do Distrito Federal, a saber:

“[...]”

- 1) **Compete à autoridade coatora a prestação de informações ao Poder Judiciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias** (Lei nº 1.533/51, alterada pela Lei nº 4.348/64);
- 2) Para controle do prazo supracitado, a autoridade administrativa, indicada como coatora, ao receber a notificação, deverá, necessariamente, fazer constar na segunda via que lhe será entregue pelo Oficial de Justiça, a data e hora do recebimento;
- 3) **As informações elaboradas e assinadas pela autoridade coatora e endereçadas ao Juízo competente, juntamente com a notificação, acompanhada dos documentos que porventura a ela estiverem anexados, deverão ser enviados a esta Procuradoria-Geral, que as encaminhará ao Poder Judiciário, após a análise da questão legal, com arrazoado jurídico, em apartado, se necessário;**
- 4) Para remessa da documentação indicada no item 3, deverão ser obedecidos os seguintes prazos:
 - a) Na hipótese de deferimento de medida liminar em Mandado de Segurança: até **48 (quarenta e oito) horas**, contados do recebimento da respectiva notificação (art. 3º da Lei 4.348/65);

“Brasília - patrimônio da humanidade”





**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



b) Nas demais hipóteses: até 05 (cinco) dias corridos após a notificação da autoridade coatora.

As notificações recebidas às sextas-feiras e véspera de feriados terão os prazos contados a partir do primeiro dia útil seguinte.”

Diante disso, esclareça-se que compete ao Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação desta Pasta, enquanto autoridade coatora, prestar as informações requeridas na forma e prazos indicados pela d. Procuradoria Geral do Distrito Federal na Circular nº 004/2007 – GAB/PGDF, acima transcrita, devendo tais informações ser assinadas por ele, endereçadas ao juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública do DF e entregues na douta Casa Jurídica, que, após arrazoado jurídico, se julgar necessário, encaminhará ao TJDF.

Portanto, tem o Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação desta Pasta até o dia 12 de março de 2013 (terça-feira), no máximo, para enviar diretamente as informações requeridas à Procuradoria Geral do Distrito Federal, na forma exigida no item 3 da aludida Circular nº 004/2007 – GAB/PGDF.

Por fim, esclareça-se que esta AJL não pode representar nem exercer a consultoria jurídica do Distrito Federal, e que, segundo dispõe o artigo 4º, XVIII, do Decreto Distrital nº 22.789/2002, compete à Procuradoria-Geral do Distrito Federal “*encaminhar as informações que devam ser prestadas em mandados de segurança impetrados contra atos do Governador, de Secretários de Estado e de outros agentes do Poder Público do Distrito Federal, desde que remetidos tempestivamente*”.

Assim, com o fito de não suplantar as competências expressamente conferidas à PGDF, remeta-se ao Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010 (Portaria nº 16, de 07 de março de 2012) para providenciar o envio das informações requeridas diretamente à douta Procuradoria Geral do Distrito

“Brasília - patrimônio da humanidade”



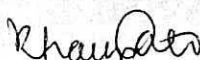
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



Federal, devendo ser observados rigorosamente os prazos retro indicados, sob pena de se comprometer a defesa do Distrito Federal no feito.

Sugere-se, quando da remessa das informações por esse Presidente, que pugne à PGDF o encaminhamento a esta Pasta de cópia protocolizada assim que for entregue no juízo competente, a fim de que possibilite o acompanhamento do feito até o seu deslinde.

Brasília, 07 de março de 2013, às 16h28min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



4

- Às fls. 462, IAL 34.3, a redação foi mantida nos termos do que antes constava. Em relação as penalidades de suspensão e inidoneidade, também não se fizeram constar as alterações pretendidas pela PGDF. **Desatendido**, portanto. Entretanto, ressalve-se que caso tal informação conste na nova minuta, a questão resta sanada.

i) excluir a previsão de solução dos conflitos perante juízo arbitral, elegendo o foro da circunscrição judiciária de Brasília como o competente

- Consta no relatório do Sr. Chefe da UGP, item 19, fl. 653, há informação de que foi feita a exclusão sugerida pela d. PGDF, entretanto, observa-se nos itens 24.1, 25.1, 25.2, 25.3 e 26.1 das CEC (fls. 544/5) que não houve a alteração informada, assim, tem-se por **desatendida** esta exigência.

j) revisar o conteúdo de instrumento para excluir exigências desnecessárias que restrinjam o caráter competitivo do certame ou promovam o acréscimo evitável no valor do contrato

- Com base exclusivamente nas informações constantes às fls. 653, item 20, do despacho do Senhor Chefe da UEGP/ST, não é possível a esta AJL/ST afirmar se houve ou não atendimento a tal recomendação da PGDF. **Sugere-se que a aquela douta Casa Jurídica se manifeste acerca de tais esclarecimentos.**

Por fim, recomenda-se que nas próximas instruções processuais, e com o fito de facilitar os trabalhos desta AJL/ST, que conta no momento com uma equipe reduzidíssima (apenas esta Chefia e um Assessor), seja feita a indicação da(s) página(s) onde constam as alterações introduzidas na minuta do instrumento convocatório, em atenção às exigências da PGDF. Além disso, sugere-se para as próximas remessas processuais que a minuta final do Edital, com as alterações devidas, seja juntada aos respectivos autos em sua inteireza, para que a manifestação desta Pasta seja conclusiva de forma satisfatória.

PM



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE : Processo nº 090.000.455/2010.

ASSUNTO : Edital de Concorrência para outorga do serviço básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Atendimento ou não das observações apontadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal no Parecer nº 138/2012-PROCAD.

DESPACHO

Nº 051/2012 – AJL/ST-RAP

Os autos nos foram remetidos nessa oportunidade apenas para que seja esclarecido o questionamento constante às fls. 8.856, ou seja, se as observações apontadas pela Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal no Parecer nº 138/2012-PROCAD/PGDF, ínsito às fls. 2101/2116, acrescido da cota de aprovação do i. Procurador Chefe da Procuradoria Administrativa constante às fls. 2117/2119 foram atendidos.

Cumpra aqui destacar que a manifestação exigida desta Assessoria Jurídico-Legislativa a que se referiu a cota de aprovação do i. Procurador Geral Adjunto do Distrito Federal às fls. 2120/21 restringe-se, **estritamente** ao exame quanto ao atendimento ou não da manifestação daquela Casa Jurídica, não externando qualquer juízo de valor ou análise jurídica acerca dos fatos pretéritos praticados no bojo desses autos ou mesmo quaisquer outros a não ser quanto às observações constantes das manifestações do i. parecerista e respectiva cota de aprovação, a saber:

1. Parecer nº 0138/2012-PROCAD/PGDF

1.1 – **Fl. 2109**: “..., observa-se que o projeto básico não foi formalmente aprovado, nos termos do art. 7º, §2º, I, LLCA, o que deverá ser providenciado pela autoridade competente.”

- Verifica-se que o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes formalizou a aludida aprovação às fls. 8856 dos autos.





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



1.2. **Fl. 2110:** “No item 1.1 do edital não há menção a este ato, que , pelo que consta dos autos ainda não foi formalizado pelo órgão consulente. Qualquer que seja a forma pela qual tal ato se corporificar, sugere-se a inclusão, no respectivo texto, de menção expressa ao artigo 5º da Lei n. 8.987/95, de maneira a deixar indene de dúvidas o efetivo atendimento à exigência legal.”

- Tem-se, à fl. 2124, comprovação da publicação de que trata o predito artigo 5º (DODF nº 39, de 24 de fevereiro de 2012, página 50).

1.3 - **Fls. 2111:** “Registre-se, inicialmente, a necessidade de serem completados os espaços vazios constantes das minutas (número da licitação, número dos lotes licitados, valor estimado das contratações, valor máximo da tarifa técnica para cada um dos lotes, endereço para retirada do edital e obtenção das informações sobre a licitação, número da conta bancária para depósito em dinheiro pelas licitantes etc.).”

- Verifica-se que os campos em branco foram devidamente preenchidos com todas as informações requeridas pela D. PGDF, conforme se verifica às fls. 2.127 a 2.189.

1.4 – **Fls. 2111:** “..., deve-se reimprimir a versão final da minuta contratual (Anexo I), haja vista que a cópia constante dos autos apresenta ainda visíveis as alterações decorrentes da edição do texto.”

- Às fls. 2161 e seguintes consta a reimpressão da versão final da minuta contratual devidamente corrigida, restando, portanto, atendida a exigência da d. Casa Jurídica.

1.5 – **Fls. 2111:** “..., sugere-se que o título constante da folha de rosto do edital (fl. 1.985), bem como o preâmbulo (fl. 1.986), façam menção expressa à Concessão do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, tal como, aliás, corretamente consignado no objeto da concorrência (item 4.1 – fl. 1.990).”

- Tem-se que no título da folha de rosto do edital e do preâmbulo passou a constar a indicação “Concessão do Serviço Básico





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal". Atendido, portanto.

1.6 – FI. 2112: "..., é necessário que o órgão consulente observe as recomendações do Tribunal de Contas do Distrito Federal quanto à necessidade de justificar tecnicamente a adoção dos critérios de aferição da capacidade técnica e de idoneidade financeira das licitantes."

- Verifica-se que para a avaliação da capacidade técnica dos licitantes, considerou-se pertinente a adoção apenas das declarações de disponibilidade futuras, afastando-se qualquer exigência de propriedade ou localização prévia. Quanto a comprovação de experiência compatível com o objeto licitado, entendeu-se adequada tão somente a avaliação de capacidade técnica operacional. Já para a manutenção da pertinência com o objeto a ser licitado, indicou-se a admissão de atestados referentes a serviços de transporte público de passageiros urbanos, suburbanos ou intermunicipais de características metropolitanas, os quais apresentam condições de execução semelhantes ao objeto da concessão. Foram ainda devidamente afastadas quaisquer limitações de tempo e local da prestação dos serviços para tornar mais acessível o pleito licitatório a possíveis competidores. Para avaliação da boa situação financeira dos licitantes, demonstrada no balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis, adotou-se o índice de endividamento geral não superior a 0,80, já que entendeu-se que índices mais onerosos podem representar excessivo e desnecessário rigor na habilitação financeira do certame, comprometendo a ampla competitividade. Assim, constam as fls. 2151 a 2155 do edital que foram observadas todas as recomendações do TCDF no que diz respeito aos critérios de aferição da capacidade técnica e de idoneidade financeiras.

1.7 – FI 2114: "..., sugere-se ao órgão consulente a alteração redacional do item 5.4.1 e/ou 6.2 da minuta, de maneira a deixar indene de dúvidas a vedação de utilização do subsídio para fins outros que não o estrito custeio das gratuidades legais."

- Procedeu-se a revisão do edital fazendo-se constar a inequívoca vedação de utilização de subsídio para outros fins que não o custeio de gratuidades previstas em lei, conforme se verifica nos itens 5.4.1.1





e 6.2. do edital (fls. 2135/6) e Cláusula I, item 1, alínea “o” da minuta do contrato (fl. 2164) . Atendidas, portanto, as recomendações.

1.8 – **Fl. 2115:** “Não há na minuta menção às ‘condições para prorrogação do contrato’ (art. 23, inciso XII), “obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente” (inciso XIII) e “exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária” (inciso XIV), cláusulas essenciais do contrato de concessão por expressa dicção legal. Por esta razão recomenda-se incluir tais tópicos na versão final do contrato de concessão.”

- Foram acrescidas as cláusulas contratuais essenciais ao contrato de concessão (fls. 2162 a 2189), conforme exigido pelo DOUTA PGDF.

2.Cota de aprovação – Fls. 2117/19

2.1 – **Fl. 2117/18:** “..., a necessidade de reapreciação ou apresentação de justificativas acerca dos valores estabelecidos para a exigência de patrimônio líquido a título de qualificação econômico-financeira, bem como da garantia de participação da licitação e garantia de execução contratual.

..., deverá ser verificada a proporção entre o patrimônio líquido exigido e a garantia de participação da licitação, em observância ao princípio da proporcionalidade, evitando-se, assim, que critérios de qualificação econômico-financeira afetem indevidamente o caráter competitivo do certame.”

- Cumpre registrar que houve a reapreciação dos critérios de qualificação econômico-financeira, buscando a manutenção da proporcionalidade aclamada pelo PGDF. Verifica-se que foram afastadas as exigências da garantia de participação, fixando, a garantia de execução em montante correspondente a 1% do valor contratual. No tocante à exigência de patrimônio líquido ou capital social mínimo, adotou-se o primeiro critério, já que se entendeu pela configuração de parâmetros mais precisos do que o capital social para a prova de idoneidade financeira, conforme disposto às fls. 2153 a 2155 dos presentes autos.

Handwritten signature





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



Portanto, conclui-se que restaram atendidas todas as recomendações indicadas pela douta Procuradoria Geral do Distrito Federal.

S.m.j., era o que nos competia manifestar.

Retorne-se ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes, em atenção ao Despacho daquela procedência, lançado às fls 8.857 dos presentes autos.

Brasília, 01 de março de 2012.

RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Gestão Administrativa
Sistema de Controle de Processos

05/03/2012

Relatório de Histórico das Tramitações

Processo : 0090-000455/2010
Assunto : ABERTURA LICITACAO
Interessado : ST
Data : 01/09/10

(Assinatura) "BACIA"

Data	Destino/Prazo Resposta	Resp.	Observação
01/03/2012	ST/GAB	00529842	9 VOLUMES RECEBIDOS DE ORDEM E NÃO CONFERIDOS DEVIDO A URGEN
01/03/2012	ST/PROTOCOLO	02605732	
01/03/2012	PGDF/GAB/DIGAB	00416894	Resp. pela Transferência: PGDF - JOAO EDSON RODRIGUES GONCAL
01/03/2012	PGDF/GAB/ASESP		VOLUMES 1 AO 9
01/03/2012	PGDF/GAB/DIGAB	00423289	
01/03/2012	PGDF/PROCAD/SERAP	01754254	
01/03/2012	PGDF/PROCAD/PROC-CHEFE	00398608	
01/03/2012	PGDF/PROCAD/SERAP	00390143	Resp. pela Transferência: PGDF - MARISA DA SILVA DE SALES
29/02/2012	PGDF/PROCAD/CCCL		PARECER
29/02/2012	PGDF/PROCAD/SERAP	00429651	Resp. pela Transferência: PGDF - CLEIDE OROSOLINA BISPO BATI
24/02/2012	PGDF/PROCAD/PROCURADOR		RAC
24/02/2012	PGDF/PROCAD/SERAP	01754254	Resp. pela Transferência: PGDF - ALEANDRA MARIA VASCONCELOS
24/02/2012	PGDF/PROCAD/CCCL		DISTRIBUIÇÃO
24/02/2012	PGDF/PROCAD/SERAP	01754254	
24/02/2012	PGDF/GAB/DIGAB	01953354	Resp. pela Transferência: PGDF - ROSILEIDE TORRES DE ARAUJO
24/02/2012	PGDF/GAB/ASESP		VOLUMES 1 AO 9
24/02/2012	PGDF/GAB/DIGAB	00423289	vol 1 ao 9
24/02/2012	PGDF/PROTOCOLO	01101013	
24/02/2012	ST/GAB	02619164	DEVOLUÇÃO 9 VOLUMES
23/02/2012	ST/PROTOCOLO	02605732	devolucao
23/02/2012	PGDF/PROTOCOLO	01101013	
23/02/2012	ST/GAB	02608618	9 VOLUMES DEVOLUÇÃO
23/02/2012	ST/PROTOCOLO	02605732	devolucao
22/02/2012	PGDF/PROTOCOLO	01101013	
22/02/2012	ST/GAB	02608618	09 Volumes
16/02/2012	ST/SUPOTT	02614332	
25/02/2011	ST/GAB	02608618	CEL Nº04/2010-ST- NATANAEL
19/01/2011	ST/GAB	00529842	
18/01/2011	ST/AJL	00423661	06 Vol.
11/01/2011	ST/GAB	00529842	CLICITAÇÃO NATANAEL
11/01/2011	ST/GAB	00529842	
10/01/2011	ST/PROTOCOLO	0046581X	05 VOLUMES
10/01/2011	PGDF/GAB/DIGAB	00269514	Resp. pela Transferência: PGDF - ALTAIR DE SOUSA RODRIGUES
07/01/2011	PGDF/GAB/ASESP		
07/01/2011	PGDF/GAB/DIGAB	00269514	
07/01/2011	PGDF/PROCAD/SERAP	01590715	Resp. pela Transferência: PGDF - ROSANE MOREIRA DE CARVALHO
06/01/2011	PGDF/PROCAD/PROC-CHEFE	00398608	



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



5

REFERENTE : Ofício nº 2313/2012-GAB/PROCAD, de 08 de maio de 2012.

ASSUNTO : Mandado de Segurança nº 2012.01.1.049343-9, impetrado pela empresa Expresso Brasília Ltda. contra ato do I. Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação do Distrito Federal.

DESPACHO

Nº 180 /2012 – AJL/ST-RAP

URGENTÍSSIMO

Remeta-se o presente Ofício ao Presidente da Comissão Especial de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010 (Portaria nº 16, de 07 de março de 2012), para que proceda a elaboração e assinatura das informações, a serem prestadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal ao D. Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, conforme constante do Ofício nº 2313/2012-GAB/PROCAD, anexo.

Atente-se ao prazo de 5 (cinco) dias fixados pela douta Casa Jurídica (**prazo final: 14.05.2012**).

Brasília, 09 de maio de 2012, às 16h56min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



REFERENTE

: Ofício nº 2314/2012-GAB/PROCAD, de 08 de maio de 2012.

ASSUNTO

: Mandado de Segurança nº 2012.01.1.049336-7, impetrado pela empresa Viação Planalto Ltda. contra ato do I. Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação do Distrito Federal.

DESPACHO

Nº 119 /2012 – AJL/ST-RAP

URGENTÍSSIMO

Remeta-se o presente Ofício ao Presidente da Comissão Especial de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010 (Portaria nº 16, de 07 de março de 2012), para que proceda a elaboração e assinatura das informações, a serem prestadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal ao D. Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, conforme constante do Ofício nº 2314/2012-GAB/PROCAD, anexo.

Atente-se ao prazo de 5 (cinco) dias fixados pela douta Casa Jurídica (**prazo final: 14.05.2012**).

Brasília, 09 de maio de 2012, às 16h56min.


RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”





**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de
Assessoria Jurídico-Legislativa**

6

REFERENTE

: Memorando nº 14978/2012, que encaminha para o CODIN/MPDFT e para a Assessoria Jurídico-Legislativa a proposta de Conduta.

ASSUNTO

: Audiência no 1º Distrito Federal e sobre possível assessoria de Ajustamento de

DESPA

Nº 224/2012 -

O presente Memorando nº 529/2012, de 14978/2012-CODIN (Código de Conduta Homogêneos, Coletivo do Distrito Federal e no âmbito do comparecimento do Transpontos do DF na 18 de julho de 2012, e de Termo de Compromisso anexada.

Assessoria Especial - 423661

Em ape

Desta 1

Chefia se restringe apenas a análise da minuta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta anexo, esclarecendo-se, outrossim, que o exame realizado por esta Assessoria não abrangeu os aspectos de conveniência e oportunidade administrativos, adstritos ao juízo discricionário dos agentes políticos.

“Brasília – patrimônio da humanidade”

De acordo com o conteúdo completo de cópias na Pasta 17
ASSUNTOS DO MP

COM 17/7/12

le
2-
le

10
rá
so

E

do
nº
ais
do
lou
de
dia
ura
eio

esta
da



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST



Pois bem. Verifica-se na sobredita minuta no que pertine ao item 1, intitulado “Das Obrigações”, que todas se referem à Licitação em curso nesta Pasta, razão pela qual a matéria deverá ser submetida à Comissão Permanente de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010, conforme Portaria nº 16, de 07 de março de 2012, que poderá esclarecer se o Edital em voga atende as exigências descritas nos itens 1, 2, 3 e seus parágrafos, bem como aos itens 4, 5, 6, 7 e 8, com a ressalva de que, ao que parece, o item 7 não poderá ser atendido totalmente, eis que o edital de licitação já publicado não prevê a instalação de equipamentos de ar condicionado nos ônibus, decisão tomada internamente com o fito de se minimizar os custos da operação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC.

Ainda, deverá ser encaminhado ao MPT os estudos técnicos que concluíram pela retirada do referido equipamento, a fim de subsidiar o entendimento desta Pasta acerca do tema. Atente-se ao fato de que a Comissão deverá esclarecer se as outras exigências constantes do item 7 poderão ser cumpridas.

No que diz respeito ao item II, intitulado “Cláusulas Gerais”, tecemos as seguintes considerações:

O prazo previsto no item 9, onde o DF se compromete a cumprir o compromisso firmado em até 30 (trinta) dias, deverá ser elástico para pelo menos 120 (cento e vinte dias), pois caso haja a necessidade de alteração editalícia, o prazo constante da minuta é deveras curto para que esta Pasta proceda as mudanças pretendidas.

Além disso, deverá ser esclarecido ao I. Procurador do Trabalho a situação de crise que esta Pasta tem enfrentado em relação aos atuais operadores do STPC, que de uma forma ou de outra tentam ‘boicotar’ a licitação em curso, que atualmente encontra-se suspensa por decisão da Egrégia Corte de Contas do DF.

“Brasília – patrimônio da humanidade”





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



O valor da multa constante do item 10 também deverá ser minorado, a fim de oportunizar o cumprimento no menor prazo possível com o mínimo prejuízo ao Estado.

O disposto no item 13 informa que a vigência do presente Termo dar-se-á imediatamente à sua assinatura, devendo a empresa tomar as providências internas necessárias. Esclareça-se que no caso em voga as providências deverão ser tomadas pela Secretaria de Transportes, e não por empresas. O mesmo deverá ser revisado no item 14, que se refere à empresa Compromissária.

Sugere-se, por fim, que o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes seja acompanhado por um Procurador do Distrito Federal, eis que todos os instrumentos jurídicos de contratos, acordos ou outros ajustes em que for parte o Distrito Federal deverão ser examinados, registrados, elaborados, lavrados e publicados pela d. PGDF, conforme preconiza o artigo 4º, inciso XI do Decreto Distrital nº 22.789/2002, que aprovou o Regimento Interno daquela Casa Jurídica.

Era o que nos competia manifestar.

Retorne-se COM A MÁXIMA URGÊNCIA ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes – GAB/ST,
em atenção ao Memorando nº 529/2012-GAB/ST, de 16 de julho de 2012, com as recomendações acima expostas.

Brasília, 17 de julho de 2012, às 11h30min.

RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília – patrimônio da humanidade”

